



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

EMBARGOS DECLARATÓRIOS N.º 0252020-9/01

EMBARGANTE: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Procuradora: Dra. Risoneide Gonçalves de Andrade

EMBARGADO: JEREMIAS AURELIANO DE ARAÚJO

Advogada: Dra. Edilena Accioly Frej

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - PROCESSUAL CIVIL - AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - CUMULAÇÃO - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES DO STJ - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO - AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DISPOSTAS NO ART. 535 DO CPC - EMBARGOS REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME.

1 - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos, que estejam presentes os pressupostos legais de cabimento.

2 - Os contornos processuais, consoante disciplinamento imerso no artigo 535 do Código de Processo Civil, exigido-se, para seu acolhimento incorrentes as hipóteses previstas em lei, dentre elas a omissão, não há como prosperar o inconformismo, cujo intento é a reforma da decisão embargada.

3 - Conforme jurisprudência do STJ é possível a "cumulação do auxílio-suplementar/auxílio-acidente com o benefício de aposentadoria, desde que a lesão geradora do benefício acidentário tenha ocorrido antes da publicação da Lei nº 9.528/97". (AgRg na AR 4.309/SP, Rel. Ministro FÉLIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 26/10/2009)

4 - Embargos de declaração REJEITADOS.

5 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

17
Vistos, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração n.º 0252020-9/01, sendo embargante o INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL e embargado JEREMIAS AURELIANO DE ARAÚJO.

Acordam os Desembargadores que integram a 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade, para conhecer e REJEITAR os embargos declaratórios, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife,

24/01/2012



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível
EMBARGOS DECLARATÓRIOS N.º 0252020-9/01
EMBARGANTE: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
Procuradora: Dra. Risoneide Gonçalves de Andrade
EMBARGADO: JEREMIAS AURELIANO DE ARAÚJO
Advogada: Dra. Edilena Accioly Freij
Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

RELATÓRIO

Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL em face de acórdão proferido nos autos do Agravo de Instrumento tombado sob o n.º 0252020-9 em apenso, com o fito de sanar omissão que aponta existente na decisão colegiada.

A parte embargante defende a impossibilidade de cumulação do auxílio-acidente com a aposentadoria por invalidez quando os benefícios possuem o mesmo fato gerador.

Com base nessa linha de argumentação, requer manifestação expressa da Câmara Julgadora acerca do argumento mencionado, acolhendo o presente recurso suprimindo a omissão indicada.

Reconhecido o caráter infringente nos presentes embargos, despacho de fls. 11, o embargado não ofereceu contrariedade recursal.

Nos termos do artigo 537, o sucedâneo é apresentado em mesa para julgamento.

E o relatório.

Recife,

24/01/2012

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

7ª Câmara Cível

EMBARGOS DECLARATÓRIOS N.º 0252020-9/01

EMBARGANTE: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Procuradora: Dra. Risoneide Gonçalves de Andrade

EMBARGADO: JEREMIAS AURELIANO DE ARAÚJO

Advogada: Dra. Edilena Accioly Frej

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

VOTO DE MÉRITO

Sabe-se que os Embargos de Declaração são cabíveis quando houver, na decisão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissível em decisão em sentido amplo. Em regra, não possuem os Embargos de Declaração, caráter substitutivo ou modificativo do julgado embargado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. Assim, visa-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Dito isso, volto-me aos autos e percebo a falta de consonância entre as alegações do embargante e a realidade processual em análise.

No mérito do recurso, o acórdão objeto dos presentes embargados foi lavrado nos seguintes termos:

"EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMULAÇÃO DE APOSENTADORIA COM AUXÍLIO ACIDENTE. INCAPACIDADE OCORRIDA ANTES DA NORMA PROIBITIVA. ENUNCIADO AGU Nº 44/2009. POSSIBILIDADE.

Por várias vezes foi o INSS intimado para implantar o benefício do Autor sob pena de desobediência (fls. 82, 87 e

96 dos autos originários), sempre resistindo ao cumprimento da ordem judicial, ante o argumento da impossibilidade de cumulação do auxílio acidente com a aposentadoria por invalidez, nos termos da Lei 9.528/97, que deu nova redação ao §2º, do art. 86, da Lei nº 8.213/97.

O acidente ocorreu antes da vigência da norma impeditiva, razão pela qual não há óbices para o cumprimento das decisões da Juíza de 1º grau, conforme Enunciado da Advocacia Geral da União nº 44/2009 e jurisprudência dos tribunais pátrios.

Recurso de instrumento a que se nega provimento."

A alegação de omissão durante o julgamento da lide não merece prosperar, pois o acórdão embargado enfrentou pontualmente o argumento do embargante.

Como já ressaltado no mérito da decisão recorrida:

"Por várias vezes foi o INSS intimado para implantar o benefício do Autor sob pena de desobediência (fls. 82, 87 e 96 dos autos originários), sempre resistindo ao cumprimento da ordem judicial, ante o argumento da impossibilidade de cumulação do auxílio acidente com a aposentadoria por invalidez, nos termos da Lei 9.528/97, que deu nova redação ao §2º, do art. 86, da Lei nº 8.213/97.

Ora, o acidente ocorreu antes da vigência da norma impeditiva, razão pela qual não há óbices para o cumprimento das decisões da Juíza de 1º grau

Nas razões deste recurso o próprio Recorrente transcreveu o Enunciado AGU nº 44 de 14.09.2009, onde atesta a possibilidade de tal cumulação:

"É permitida a cumulação do benefício de auxílio-acidente com benefício de aposentadoria quando a consolidação das lesões decorrentes de acidentes de qualquer natureza, que resulte em seqüelas definitivas, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.213/91, tiver ocorrido até 10 de novembro de 1997, inclusive, dia imediatamente anterior à entrada em vigor da

91
Medida Provisória nº 1.560-14, convertida na Lei nº 9.528/97, que passou a vedar tal acumulação.

Assim o simples descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os embargos de declaração, visando modificação do julgado, excepcionalmente, admitida pelo ordenamento processual.

Se porventura almeja o embargante modificar o aresto hostilizado, pretendendo que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de embargos de declaração.

Por tais fundamentos, não havendo qualquer ponto sobre que deva pronunciar-se esta colenda Câmara, voto no sentido de **REJEITAR** os presentes embargos declaratórios.

É como voto.

Recife,

24/01/2012



Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Relator